

Férias Prolongadas

O fim do recesso parlamentar, em agosto, deu esperanças à sociedade brasileira de que os membros do atual Congresso fossem finalmente se redimir da apagada atuação que vêm exibindo desde a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Puro engano.

Quase dois anos depois, a Constituição continua com mais da metade das leis complementares sem regulamentação. Menos pior para o país porque a realidade foi mostrando o quanto de inexequível e sonhadora era a Constituição, verdadeira colcha de retalhos que resultou do somatório de poderosos *lobbies* de minorias.

Mas o país vai seguindo em frente com a Constituição que está ai, e a despeito da falta de regulamentação de muitos dos proclamados avanços sociais, econômicos e políticos. Entre outros motivos, porque dois dos três poderes da República estão se comportando à altura dos grandes desafios do Brasil: o Executivo e o Judiciário.

A sociedade, pela primeira vez em trinta anos, tem a sensação da autoridade do governo — sem temê-lo, como ocorreu na longa noite do autoritarismo, quando se confundiu governo autoritário com autoridade de governo. Os índices de aceitação e reconhecimento do atual governo estão provando a importância de um poder legítimo e democrático.

O Judiciário, em todas as suas instâncias, tem se revelado um poder atuante e independente, confrontando muitas vezes decisões do Executivo, o que seria praticamente impensável no tempo do autoritarismo.

O Legislativo, no entanto, deixa uma péssima impressão na sociedade, o que se comprova pelo descredito dos políticos em campanha para as eleições proporcionais de 3 de outubro. O fim do recesso foi encarado como a última oportunidade

do atual Congresso para regulamentar leis importantes — sobretudo depois que o Judiciário entendeu que o recesso não poderia ocorrer antes da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define o Orçamento da União para 1991.

Pois bem, deputados e senadores abandonaram o recesso, mas cuidaram apenas de decisões que supunham capazes de produzir dividendos eleitorais, como a votação da Lei Salarial. A votação da LDO é resultado da decisão da Constituinte de devolver ao Congresso a prerrogativa de legislar sobre matérias orçamentárias, fiscais e financeiras.

O descaso dos atuais deputados e senadores, mais empenhados na reeleição, pela discussão da LDO dá bem uma amostra da aversão dos políticos pela austeridade orçamentária, que subordina as despesas à receita, para evitar os males da inflação decorrentes do endividamento público ou da emissão de moeda para cobrir os déficits do orçamento.

É que a maioria dos políticos brasileiros fez carreira prometendo aos eleitores mundos e fundos com os fundos públicos. Trata-se de uma das manifestações mais nefastas da cultura inflacionária, pois transmite ao cidadão dupla e errônea sensação: que o governo tem poder ilimitado para dar empregos e fazer obras; e que a função do político não é fiscalizar o respeito dos gastos públicos às receitas do Orçamento.

O trágico de toda essa farsa demagógica é que são os próprios políticos — que não dão importância à peça orçamentária que deve pautar a ação do Executivo e do Legislativo no próximo ano — que saem atacando o governo pela inflação. A inflação está sempre na raiz do descontrole dos gastos públicos. Felizmente, o eleitor não é bôbo e vai mandar para casa a maior parte dos atuais congressistas gazeteiros.